ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Sao Bernardino

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

2º Quadrimestre/2020

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2016 | 14.188.042,54 |
| 2017 | 13.216.527,80 |
| 2018 | 15.512.705,74 |
| 2019 | 15.425.209,74 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 2º Quadrimestre/2020 |
| Receita Orçamentária | 10.959.615,82 |
| Média Mensal | 1.369.951,98 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2016 | 13.000.878,22 | 12.636.995,13 |
| 2017 | 12.247.578,98 | 12.188.978,15 |
| 2018 | 14.714.544,64 | 14.396.937,06 |
| 2019 | 16.037.185,11 | 15.739.745,77 |

|  |
| --- |
| Despesa até 2º Quadrimestre/2020 |
| Despesa Orçamentária | 12.057.044,25 | 9.405.121,63 |
| Média Mensal | 1.507.130,53 | 1.175.640,20 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2016 | 12.960.935,71 |
| 2017 | 13.364.369,54 |
| 2018 | 14.116.036,87 |
| 2019 | 15.076.099,18 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 2º Quadrimestre/2020 |
| Receita Corrente Líquida | 10.225.371,50 |
| Média Mensal | 1.278.171,44 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **10.225.371,50**  |
| Receita Tributária | 303.266,74 |
| Receita de Contribuições | 26.549,73 |
| Receita Patrimonial | 21.726,72 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 104.493,71 |
| Transferências Correntes | 11.313.277,07 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -1.562.227,34 |
| Outras Receitas Correntes | 18.284,87 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **734.244,32**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 100.350,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 633.894,32 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **10.959.615,82**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo**  |
| 01 - Legislativa | 402.272,05 |
| 04 - Administração | 1.297.658,09 |
| 06 - Segurança Pública | 30.716,42 |
| 08 - Assistência Social | 578.149,23 |
| 10 - Saúde | 2.646.411,90 |
| 12 - Educação | 1.840.404,10 |
| 13 - Cultura | 5.432,14 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 672,90 |
| 15 - Urbanismo | 162.934,00 |
| 16 - Habitação | 11.044,08 |
| 17 - Saneamento | 532,82 |
| 20 - Agricultura | 1.140.329,19 |
| 22 - Indústria | 0,00 |
| 24 - Comunicações | 0,00 |
| 25 - Energia | 108.380,81 |
| 26 - Transporte | 874.929,20 |
| 27 - Desporto e Lazer | 214.225,48 |
| 28 - Encargos Especiais | 91.029,22 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)**  | **9.405.121,63**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 0,00  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **1.554.494,19**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI)**  | **1.554.494,19**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **8.832.486,08**  | **10.225.371,50**  | **1.392.885,42**  |
| Receita Tributária | 359.359,92 | 303.266,74 | -56.093,18 |
| Receita de Contribuições | 29.333,36 | 26.549,73 | -2.783,63 |
| Receita Patrimonial | 38.993,04 | 21.726,72 | -17.266,32 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 84.266,64 | 104.493,71 | 20.227,07 |
| Transferências Correntes | 10.172.599,84 | 11.313.277,07 | 1.140.677,23 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | -1.852.066,72 | -1.562.227,34 | 289.839,38 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 18.284,87 | 18.284,87 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **0,00**  | **734.244,32**  | **734.244,32**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 100.350,00 | 100.350,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 633.894,32 | 633.894,32 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **8.832.486,08**  | **10.959.615,82**  | **2.127.129,74**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **10.267.669,36**  | **8.959.635,38**  | **1.308.033,98**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 5.231.258,88 | 5.058.618,66 | 172.640,22 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 5.036.410,48 | 3.901.016,72 | 1.135.393,76 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **363.545,12**  | **445.486,25**  | **-81.941,13**  |
| Investimentos | 363.545,12 | 445.486,25 | -81.941,13 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **53.333,28**  | **0,00**  | **53.333,28**  |
| Reserva de contingência | 53.333,28 | 0,00 | 53.333,28 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **10.684.547,76**  | **9.405.121,63**  | **1.279.426,13**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **8.096.295,77**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **2.646.411,90**  |
| **Deduções (III)**  | **1.042.471,16**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **1.603.940,74**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.214.444,38**  |
| **Aplicado à maior**  | **389.496,36**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **19,81**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **8.414.058,70**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.799.168,62**  |
| **Deduções (III)**  | **156.517,52**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-619.959,38**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **2.262.610,48**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **2.103.514,75**  |
| **Aplicado à Maior**  | **159.095,73**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **26,89**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **942.420,66**  |
| **Despesas (II)**  | **679.097,96**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **565.452,38**  |
| **Aplicado à Maior**  | **113.645,58**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **72,06**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.395.529,13**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.421.735,33**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **7.897.906,44**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **8.313.585,73**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **48,21**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.395.529,13**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **484.021,16**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **877.545,16**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **923.731,75**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **3,14**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.395.529,13**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.905.756,49**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **8.775.451,60**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **9.237.317,48**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **51,35**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1001 - Instalação de Sistema de Abastecimento de Água |
|  | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.400,00 | 105.600,00 |
| 1002 - Construção de Pontes |
|  | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.000,00 |
| 1003 - Pavimentação de Ruas |
|  | 14.000,00 | 313.583,47 | 1.200,00 | 324.522,73 | 1.860,74 |
| 1004 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Urbano |
|  | 19.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 12.896,88 | 11.103,12 |
| 1005 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Rural |
|  | 19.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 15.853,47 | 8.146,53 |
| 1006 - Ampliação de Área Industrial |
|  | 10.000,00 | 390.000,00 | 0,00 | 362.355,99 | 37.644,01 |
| 1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino |
|  | 50.000,00 | 157.273,94 | 0,00 | 45.657,12 | 161.616,82 |
| 1008 - Construçao de Abatedouro Municipal |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1009 - Construção de Cemitério Municipal |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito |
|  | 412.000,00 | 0,00 | 0,00 | 176.222,64 | 235.777,36 |
| 2003 - Manutenção da Administração Geral |
|  | 1.010.000,00 | 58.640,65 | 0,00 | 689.457,71 | 379.182,94 |
| 2004 - Contribuição a Entidades Municipalistas |
|  | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 131.376,36 | 48.623,64 |
| 2005 - Manutenção do Departamento da Fazenda |
|  | 690.000,00 | 1.895,00 | 0,00 | 384.175,79 | 307.719,21 |
| 2006 - Serviços de Segurança Pública |
|  | 64.000,00 | 4.000,00 | 0,00 | 23.648,75 | 44.351,25 |
| 2009 - Manutenção do Setor de Esportes |
|  | 140.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.728,06 | 112.271,94 |
| 2010 - Manutenção de Praças/Quadra de Esportes |
|  | 140.000,00 | 173.837,36 | 89.796,63 | 221.080,25 | 2.960,48 |
| 2011 - Manutenção da Cultura em Geral |
|  | 90.000,00 | 0,00 | 30.000,00 | 4.780,66 | 55.219,34 |
| 2013 - Manutenção do Órgão Central de Educação |
|  | 315.000,00 | 0,00 | 0,00 | 180.103,78 | 134.896,22 |
| 2014 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar |
|  | 80.350,00 | 2.923,23 | 0,00 | 65.157,13 | 18.116,10 |
| 2015 - Manutenção da Creche |
|  | 535.000,00 | 274.500,00 | 24.500,00 | 455.272,98 | 329.727,02 |
| 2016 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB |
|  | 1.626.000,00 | 82.871,56 | 38.580,00 | 831.587,06 | 838.704,50 |
| 2017 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental |
|  | 636.204,30 | 114.889,85 | 55.756,51 | 455.447,71 | 239.889,93 |
| 2019 - Manutenção do Pré-Escolar |
|  | 192.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 115.633,91 | 101.366,09 |
| 2020 - Apoio ao Ensino Especial |
|  | 31.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 12.304,85 | 18.695,15 |
| 2021 - Apoio ao Ensino Médio |
|  | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 40.200,00 | 44.800,00 |
| 2024 - Manutenção do Transp.Escolar - Pré-Escolar |
|  | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.279,47 | 7.720,53 |
| 2026 - Apoio ao serviço de proteção Social PSE/MSE |
|  | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 |
| 2029 - Atendimento a Criança e ao Adolescente |
|  | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.506,91 | 20.493,09 |
| 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar |
|  | 145.000,00 | 1.045,67 | 0,00 | 88.583,38 | 57.462,29 |
| 2031 - Manutenção da Assistencia Social |
|  | 745.000,00 | 26.575,00 | 185.000,00 | 333.241,59 | 253.333,41 |
| 2032 - Manutenção do Centro dos Idosos |
|  | 37.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.450,80 | 18.549,20 |
| 2033 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica |
|  | 99.000,00 | 45.000,00 | 5.000,00 | 108.380,81 | 30.619,19 |
| 2034 - Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.980,00 | 8.020,00 |
| 2035 - Manutencao do Centro de Eventos |
|  | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.834,80 | 33.165,20 |
| 2036 - Manutenção da Infra-Estrutura |
|  | 1.320.000,00 | 224.812,08 | 77.940,10 | 1.034.373,19 | 432.498,79 |
| 2037 - Manutenção da Agricultura |
|  | 1.371.200,00 | 477.600,43 | 28.705,00 | 1.457.014,39 | 363.081,04 |
| 2038 - Manutenção do Planejamento Urbano |
|  | 309.509,50 | 141.675,53 | 105.097,51 | 198.030,88 | 148.056,64 |
| 2039 - Manutenção do Sistema de Telefonia |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 2040 - Pagamentos a Inativos |
|  | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 2041 - Manutençao do FMSB - Fundo Munic. de Saneamento Básico |
|  | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 2042 - Contribuição ao Pasep |
|  | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 91.029,22 | 88.970,78 |
| 2043 - Reserva de Contingência |
|  | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| 2044 - Festividades Municipais |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 2045 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF |
|  | 340.730,00 | 242.305,01 | 0,00 | 299.639,69 | 283.395,32 |
| 2046 - Profissionalização de Jovens |
|  | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 2047 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 60.000,00 | 0,00 | 21.000,00 | 37.275,00 | 1.725,00 |
| 2048 - Manutencao do Fundo Municipal de Defesa Civil |
|  | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 24.721,29 | 15.278,71 |
| 2049 - Constribuição para Consórcios Regionais |
|  | 102.000,00 | 0,00 | 0,00 | 64.415,32 | 37.584,68 |
| **Total da Unidade** | **11.562.993,80**  | **2.778.428,78**  | **692.575,75**  | **8.361.620,57**  | **5.287.226,26**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2008 - Manutenção da Saúde Pública |
|  | 1.394.986,20 | 964.199,87 | 95.620,00 | 1.384.873,62 | 878.692,45 |
| 2012 - Manutenção do Programa PACS |
|  | 169.200,00 | 29.610,88 | 0,00 | 128.245,56 | 70.565,32 |
| 2018 - Manutenção do Programa PSF |
|  | 661.450,00 | 83.404,78 | 0,00 | 425.337,42 | 319.517,36 |
| 2022 - Assistência Hospitalar ao Cidadão |
|  | 300.500,00 | 92.098,87 | 0,00 | 183.230,00 | 209.368,87 |
| 2023 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde |
|  | 50.750,00 | 44.911,70 | 0,00 | 18.342,49 | 77.319,21 |
| 2025 - Contribuicao para Consorcios Regionais - Saude |
|  | 675.000,00 | 391.839,50 | 326.219,50 | 647.013,50 | 93.606,50 |
| 2027 - Manutenção Programa Sorrir |
|  | 253.250,00 | 168.772,26 | 0,00 | 189.648,57 | 232.373,69 |
| 2028 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão |
|  | 208.700,00 | 328.877,54 | 0,00 | 293.729,66 | 243.847,88 |
| **Total da Unidade** | **3.713.836,20**  | **2.103.715,40**  | **421.839,50**  | **3.270.420,82**  | **2.125.291,28**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores |
|  | 720.000,00 | 0,00 | 0,00 | 425.002,86 | 294.997,14 |
| 2007 - Manutenção da Câmara de Vereadores Mirim |
|  | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total da Unidade** | **750.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  | **425.002,86**  | **324.997,14**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **16.026.830,00**  | **4.882.144,18**  | **1.114.415,25**  | **12.057.044,25**  | **7.737.514,68**  |